

A DIFERENCIAÇÃO CAMPONESA EM PROJETOS DE ASSENTAMENTO NO ESTADO DO CEARÁ: CONTINUIDADES E RUPTURAS.

Francisco Gomes de Andrade, João Bosco Cavalcanti Araújo, Francisco de Assis Marinho, Arthur Cláudio Rodrigues de Souza

RESUMO

Este trabalho analisa a diferenciação econômica, política e social entre famílias agricultoras dos projetos de assentamento da reforma agrária. O estudo envolveu assentados dos projetos São José II e Aroeira. Os dois, sob a coordenação do INCRA, estão localizados no Município de Ocara, na microrregião de Chorozinho no Estado do Ceará. Foi, então, realizada com os assentados uma pesquisa de campo, mediante entrevista, aplicação de questionários, realização de oficinas e observações de suas práticas. Para dar conta dessas análises, recorre-se à noção de habitus (disposições) formulada por Pierre Bourdieu. A partir desse conceito, é entendido que as disposições assimiladas pelos agentes, em suas lutas e trajetórias, têm implicações em graus variados no comportamento dos indivíduos. Assim, podemos pensar o objeto desse estudo, a diferenciação, como fenômeno construído socialmente.

Palavras-chave: Habitus; diferenciação; assentamento; trajetória.

THE PEASANT DIFFERENTIATION IN SETTLEMENT PROJECTS IN THE STATE OF CEARA: CONTINUITIES AND RUPTURES

ABSTRACT

This paper analyzes the economic, social and policy differentiation amongst settlement projects of agrarian reform, namely “São José II” and “Aroeira”. Both are under the coordination of the National Institute of Agrarian Reform (INCRA) and are localized in the city of Ocara, in the Ceará state. The research was based on a survey with a sample of settlers from which primary data were collected through interviews, questionnaires, workshops e participant observations of the practices. The data analysis was based on the habitus idea proposed by Pierre Bourdieu. This idea establishes that the deliberations internalized by the agents, in their fights and trajectories, lead to varied degrees of impacts in the people behavior. Hence, we can think about this study object, differentiation, as socially built phenomenon.

Key words: Habitus, differentiation, agrarian reform, trajectory.

Francisco Gomes de Andrade. Doutor em Sociologia. Analista A. Embrapa Agroindústria Tropical. Fortaleza-CE. fgomes@cnpat.embrapa.br
João Bosco Cavalcanti Araújo. Bs. Filosofia. Analista A. Embrapa Agroindústria Tropical. Fortaleza-CE. bosco@cnpat.embrapa.br
Francisco de Assis Marinho. Técnico Agrícola. Assistente A. Embrapa Agroindústria Tropical. Fortaleza-CE. marinho@cnpat.embrapa.br
Arthur Cláudio Rodrigues de Souza. Bs. Químico. Analista A. Embrapa Agroindústria Tropical. Fortaleza – CE. arthur@cnpat.embrapa.br

INTRODUÇÃO

Este trabalho faz uma análise do comportamento de “antigos meeiros”¹ do sistema latifundiário, mas que, atualmente, estão inseridos em projetos de assentamento da reforma agrária do Governo Federal no Estado do Ceará, buscando compreender suas práticas, ou seja, suas formas de vida social. Com efeito, em um olhar sobre a realidade empírica de um “novo mundo” desses camponeses, são constatados variados graus de diferenciação econômica, política e social de famílias agricultoras em projetos de assentamento da reforma agrária. Enquanto alguns desses indivíduos assumiram outras posturas nas interações interpessoais, percepções “críticas,” da realidade objetiva, e como alguns chegam a dizer “estamos abertos às inovações”, por outro lado, encontram-se aqueles que expressam atitudes correspondentes ao tempo da dependência do patrão. São tímidos, possuem uma visão fragmentada da realidade e são acentuadamente reservados.

Decerto, a existência da diferenciação entre assentados é uma realidade concreta. Dessa forma, o que pretendemos esclarecer é como ocorre o processo de constituição, em determinados assentamentos, de lideranças, expressando capacidade de representação, de negociação dos interesses coletivos, percepções “críticas” da realidade objetiva, do exercício de seus direitos como cidadão; como conseguem estabelecer articulação com os agentes externos e, com isso, investimentos em estruturas produtivas. Por outro lado, constata-se, em outros projetos, camponeses de comportamento reticente.

O estudo envolveu dois projetos, São José II (também conhecido por Che Guevara, nome da associação), com 45 famílias, e Aroeira (ou Vitória, nome da associação) com 25 famílias, localizados no município de Ocara, à cerca de 120 km de Fortaleza-

CE, às margens da conhecida Estrada do Algodão.

Para dar conta da essência deste trabalho, conforme definido acima, foi necessário pesquisar primeiro como era a vida do meeiro no latifúndio, as relações entre patrão e o trabalhador, a que constrangimentos eles estavam submetidos, e depois, com a desarticulação dessas relações, que elementos e/ou condições possibilitaram que alguns deles rompessem, e outros não, com o passado, ou seja, foi preciso investigar sua trajetória de vida até chegar ao assentamento.

Recorremos à realidade subjetiva dos assentados, manifestada pelas respostas às entrevistas realizadas, os questionários aplicados, conversas informais, observações de suas práticas, participação em reuniões, realização de oficinas, leituras de atas de assembléia das Associações, dos estatutos e regimentos. Esse conjunto tornou possível reconstituir suas trajetórias, tirar conclusões sobre suas práticas e, assim, nos aproximar dessa realidade objetiva.

Realizamos entrevistas (com respostas abertas e gravadas) envolvendo 48% da população do Aroeira e 42% do São José II, e aplicamos 9 questionários (com respostas objetivas) no Aroeira e 16 no São José II. As informações colhidas referem-se ao período compreendido entre os anos 1950 e 2008. Somente dois (do São José II), nascidos entre 1983 e 1985, não passaram por essa experiência. Assim, a composição etária é: São José II, 43,75% com idade entre 25 e 40 anos e 56,25% de mais de 40 anos. Aroeira: 55,55% com idade entre 25 e 40 anos contra 44,45% de mais de 40 anos. Foram dez meses de convivência que muito contribuíram para uma boa aproximação e construção do objeto.

Visando apreender o fenômeno da diferenciação, nos termos deste trabalho, recorreremos à noção de habitus, no conceito desenvolvido por Pierre Bourdieu.

1. Meeiro é aquele que, plantando em terra de outrem, divide a produção ao meio com o proprietário. O meeiro estudado neste trabalho era também morador do latifúndio e, como tal, morava com a família na propriedade, em casa cedida pelo patrão até enquanto durasse a relação entre ambos. Preferimos essa denominação por expressar com maior clareza, no nosso entendimento, a exploração a que estavam submetidos.

Na elaboração desse autor, habitus é incorporação, pelo agente em sua trajetória social, de um legado histórico e, por meio dela, apreensão do mundo concreto do qual é produto, mas, também o produz, embora, a partir da posição ocupada na estrutura social. Com isso Bourdieu está colocando em cena o lado ativo do agente. Porém, suas ações realizam-se dentro de certos limites de liberdade, de maneira que a percepção ativa da realidade social e, com efeito, a elaboração de sua visão de mundo ocorrem sob influências estruturais. Então, Bourdieu (2003) conceitua habitus, como sendo

“sistemas de disposições duráveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionar como estruturas estruturantes, isto é, como princípio gerador e estruturador das práticas e representações que podem ser objetivamente ‘reguladas’ e ‘regulares’ sem ser o produto da obediência a regras, objetivamente adaptadas a seu fim, sem supor a intenção consciente dos fins”. (BOURDIEU, 2003, p.53)

Por resultar da interiorização das estruturas do mundo concreto, o habitus está associado a uma posição social e a condições econômicas. Assim, ficam gravadas as precondições do meio socialmente estruturado e passam a atribuir, ao agente, a capacidade perceptiva e avaliativa das práticas.

Como sistema de disposição durável, incorporado desde o convívio em família, o habitus opera contribuindo para tornar possível o que deve ser feito e impossível o que não deve ser feito, (habitus discordante). Cumpre, então, observar dois importantes princípios. Primeiro, como estrutura estruturada, o habitus pode atribuir peso mais significativo às experiências passadas e, por conseguinte, como chama atenção Bourdieu (2001, p.197), os agentes com esse perfil, por se mostrarem mais ajustados às condições anteriores, têm maior dificuldade de se adaptar às situações “novas”, uma vez que suas disposições tornam-se incongruentes e, assim, predispõe-se a reproduzir. É, no geral, o caso da continuidade das práticas. O segundo, estrutura estruturante das práticas e das representações condicionadas pela posição que o agente ocupa no campo

hierarquizado, segundo as composições dos capitais que estão em luta pela mudança ou conservação da sua estrutura; ou seja, estão em conflitos no campo os diferentes interesses que são produto e condição de funcionamento do mesmo. Assim, essas lutas funcionam como motivadoras das estruturas estruturantes, no sentido de empreender esforços na busca de se criar as condições de ressignificação do habitus. Outro efeito sobre o habitus é a trajetória socializadora do agente no caso dela oferecer diversas experiências. Na perspectiva dessas duas ocorrências sobre as estruturas estruturantes, a condição criativa concorre para firmar modificações no habitus, ou seja, há uma espécie de depreciação das disposições incorporadas no passado e, portanto, mudanças nas práticas por ele geradas ou, certamente, transformações estruturais no campo. Decerto, são momentos de rupturas.

Com suporte no que foi dito, podemos pensar o objeto desse estudo, a **diferenciação** existente entre os assentados da reforma agrária, como fenômeno construído socialmente, apoiado no pressuposto de que as disposições, por eles assimiladas em suas lutas e trajetórias, têm implicações, em graus variados, no comportamento dos indivíduos.

1. O PROCESSO DA DIFERENCIAÇÃO

O camponês brasileiro nasce no interior do latifúndio e a ele se submete menos por opção, e mais, pela força política do sistema latifundiário que predominou e dominou a sociedade brasileira, particularmente o Norte/Nordeste, até os anos 1970/80 do século XX. Esse sistema estava fundamentado organizacionalmente na articulação das seguintes dimensões: 1) aliança do latifundiário com o Estado que lhe conferia poder e representação, 2) ausência do Estado da proteção econômica, social e política aos sem-terra, 3) atividade econômica restrita ao monocultivo/consórcio de algodão e pecuária em bases do senso comum, que, por sua vez, caracteriza a divisão do trabalho como simples, e 4)

dificuldades de comunicação com os centros urbanos. Esse era o mecanismo de dominação a que se sujeitava o camponês. Assim funcionava o sistema político, o Estado ausente da educação, na garantia à moradia e posse da terra. Tais condicionamentos impossibilitavam que ocorressem processos de aprendizagem por parte desses agentes.

Essa ordem social, por muito tempo, foi referência de poder da sociedade e, mais especificamente, no sertão nordestino; um poder respaldado pela propriedade da terra, mas com ramificações políticas mantenedoras de privilégios e status. Era um proprietário de grandes extensões de terra, o que tornava quase proibitivo o direito ao acesso a ela por parte de trabalhadores rurais. Era nessa ordem social em que esses encontravam moradia e eram pequenas áreas onde produziam seus alimentos. Essas condições tornavam o camponês dependente do latifundiário e, dessa forma, sujeitava-se a uma relação assimétrica, caracterizada por normas dadas pelo latifúndio, às exigências estabelecidas nas trocas econômicas, comportamentos de lealdade, incluindo o próprio voto, instituição estratégica para assegurar o poder nas disputas. Forman (1979, p. 112) traduz, assim, a dimensão desse poder: “a palavra do patrão é lei e não deve ser questionada. O seu desejo é cumprido, porque se acredita que ele esteja certo e que assim seja apropriado proceder”.

Nos anos 50 do século XX, o meio rural e os centros urbanos eram influenciados pela opinião desses proprietários. Foi essa estrutura a principal fonte de assimilação do saber das populações locais, em particular, daqueles que mantinham uma relação de subordinação com o latifundiário. A socialização dos trabalhadores rurais tinha como forte este quadro social e político.

Agora, livres do patrão, que tipo de figuração os camponeses vão delinear? Como se referiu um assentado, dentro da terra a gente faz a liberdade, que espaço quem faz é a gente, como trabalhador o espaço quem faz é o patrão? É preciso, então, saber que liberdade é essa, que espaço é esse.

Falando a respeito da posse da terra e da liberdade conquistadas, a percepção e apreciação dos assen-

tados são muito aproximadas. Expressam sempre o caráter predominantemente autoritário e explorador do latifúndio e, dessa maneira, reafirma-se esse caráter como norma universalizada adotada para assegurar a reprodução do sistema de dominação. A visão de um assentado a respeito desse ambiente:

(.....) a gente não tinha terra pra plantar né, não tinha nada, então hoje a gente tem a terra pra plantar, ... a terra é quem dá a vida, dá o pão de cada dia, pra cada um de nós, a gente pode plantar pra gente mesmo, pode plantar um cajueiro ou um milho, um feijão, mandioca, o que for, o que for necessário, o que for preciso. Então, a experiência é bom por que você é livre. É livre não depende de ninguém, depende só de você mesmo e de Deus, que, dependendo do inverno, por que antigamente é, só existia patrão, é, antigamente existia muito é, escravidão e hoje em dia o que tem mais de melhor é a liberdade. (ASSENTADO DO SÃO JOSÉ II, faixa etária entre 25 e 40 anos primeiro grau incompleto).

O sentimento expressado é o de estar livre do patrão, da exploração a que estava submetido como meeiro, é o do sonho realizado de ter o controle da terra, da produção como produto do seu trabalho. Com efeito, a conquista da terra significa a liberdade realizada, ela que foi construída em contraposição à sujeição, à divisão do produto do trabalho.

A visão do presente é claramente colada a uma recorrência ao passado. O espaço físico apresenta-se para eles como um mundo à parte, livre, onde sua “ambição” se realiza nesses limites. O lugar da moradia e o domínio da terra para plantar o sustento seu e de sua família, sonhos que, hoje, se realizam, parecem manifestar o “fim de uma busca” para eles e para seus filhos – 85% dos entrevistados não querem que seus filhos sejam agricultores - vivem essa ambiguidade de identificar-se com o que aprenderam a fazer, contudo, a negam: “vivo da agricultura porque não tenho outra opção, não tenho estudo”, fala recorrente de vários assentados dos dois projetos. Entendemos ser a revelação dos constrangimentos vividos no latifúndio. Essas estru-

turas mentais são, em essência, produto das tensões do mundo social, desembocando, por conseguinte, em estruturas igualmente contraditórias, traduzindo de algum modo o choque entre aqueles valores tradicionais adquiridos ao longo de suas trajetórias e os valores capitalistas.

A mudança estrutural, ou seja, a desarticulação do latifúndio, implicando a liberação dos que aí estavam inscritos e a conseqüente apropriação do domínio da terra por eles, não é percebida senão como a liberdade conquistada. A terra tem exatamente esse significado, assegurar a liberdade e não como um meio para se inserir numa sociedade regida pelo lucro. A mudança percebida é “viver uma vida sossegada, sem ser oprimido ou aqui trabalhando na terra pra gente, ter morada certa é uma melhora pra família da gente, pra vida da gente”. Essa é a perspectiva. Provavelmente, o limite de suas aspirações, dado o processo de sua socialização.

Dispor livremente da terra para produzir significa mudança de posição no espaço social, mas também, agora em uma relação direta com o mercado que contrasta com a vida no latifúndio em que o patrão era a única referência, ou seja, a cadeia de relações sociais amplia-se, numa complexidade de interesses explícitos e/ou implícitos; contudo, no geral, reproduz os conhecimentos incorporados no latifúndio, ou de outra maneira, os princípios sociais de suas experiências. Estes aspectos podem ser observados no sistema de consórcio entre culturas alimentares (milho com feijão ou mandioca com feijão), os vocabulários usados na comunicação entre eles e a timidez nas conversas com “estranhos”, além de predominar, visivelmente, o sentimento de inferioridade, ideologicamente produzido no contexto do latifúndio, através da privação do conhecimento e pela ausência do Estado.

Sobre a influência do passado ou do presente de qual tem maior peso nas orientações das ações, é

interessante analisar o que ocorre, primeiro, com o projeto Aroeira. Uma característica desses assentados é que eles não tiveram uma experiência fora do latifúndio, praticamente vieram direto para o assentamento. Outro ponto é que eles têm basicamente a pecuária bovina mista (leite e carne) caprino/ovino como principais fontes de renda. Contudo, produzem milho, feijão e mandioca para consumo da unidade familiar.

Essa configuração dispõe de um potencial de água acumulada, em condições para produzir anualmente 91 toneladas de peixe, conforme consta no Plano de Desenvolvimento do Assentamento – PDA². De acordo com o Plano, para melhor aproveitamento dos recursos hídricos armazenados nos açudes, deveria ser implantado um projeto de criação de peixe, cujo objetivo seria dispor de uma “nova fonte de renda econômica e suprimento protéico”. A gestão da atividade seria desenvolvida coletivamente por uma equipe de produtores com acompanhamento técnico da COPASAT (PDA, 2001, p. 77). A esse respeito fala um assentado:

(...) o projeto de piscicultura foi bolado, só que tem o, a piscicultura hoje, apesar de eu não ter conhecimento bem, mas por onde andei passando por aí e até conversando com pessoas mesmo que chegou aqui falar a respeito do projeto, é um projeto grande, com responsabilidade muito grande, ... , que não é pra todo mundo naquele açude, num é todo mundo que pode ta ali mexendo com aquele peixe, tem que ter uma equipe né, separada pra cuidar, pra dar comer aqueles bicho no horário certo né. Se um dia aquele pessoal num der de comer, num cuidar desse peixe, aí que é que vai acontecer, esse peixe vai ter uma mortalidade, vai ter um grande prejuízo, dentro de 24 horas ,se num cuidar do peixe, o prejuízo é total, então muitas vez num dá pra gente, pra todo mundo, aí fica uma parte empregada e ficam outros desempregados né, por isso nós achamo que

2. O PDA do Aroeira foi elaborado pela Cooperativa de Prestação de Serviços e Assistência Técnica (COPASAT), contratada por convênio firmado entre o INCRA e o SEBRAE, cabendo ao INCRA realizar o acompanhamento das atividades contratadas.

o peixe é um projeto bom e, no mesmo instante, é um projeto dispendioso, que você pode ficar a qualquer momento sem nada né. (Ex-presidente da Associação do aroeira, idade mais de 40 anos).

Mesmo reconhecendo como uma boa atividade, revela-se incapaz quando afirma ser “um projeto grande, com responsabilidade muito grande”. As restrições, a insegurança quanto à realização de uma renda, com efeito, mostram a falta de apreciação para valorização da produção. Aplica-se bem aqui o que foi dito anteriormente, o desencontro entre os valores tradicionais incorporados e os valores capitalistas. Esse comportamento é explicado por Bourdieu (1979, p. 107) que enuncia:

(...) o esforço para dominar o futuro não pode ser realmente compreendido senão quando as condições indispensáveis para que seja assegurado um mínimo de probabilidades de sucesso sejam efetivamente oferecidas; enquanto assim não for, não resta outra atitude possível senão o tradicionalismo forçado, que difere essencialmente da adesão à tradição, pois que implica a consciência da possibilidade de agir de outra maneira e da impossibilidade de realizar esta possibilidade.

Oferecer um mínimo de segurança, uma atividade que é desconhecida, pode apresentar-se como portador de riscos, dessa forma são levados a optarem por processos produtivos do seu domínio.

Entrevista dada pelo técnico da EMATERCE, lotado no Município de Ocara, confirma a posição dos assentados quanto ao projeto de piscicultura:

(...) eu presenciei uma vez uma reunião que a gente da EMATERCE participou, até nós estamos fomentando um projeto produtivo pra lá, que muitas vezes fica definido alguma questão, mais por interesse pessoal do que pelo interesse do conjunto. Um exemplo, é que teria um projeto a ser aprovado de piscicultura, ou de qualquer outra coisa que eles quisessem e, a maioria decidiu por ovino/caprino, pois poderiam trabalhar isoladamente, não com o conjunto.

O entendimento do extensionista é de que o trabalho coletivo foi fator limitante à implantação do projeto. Essa versão está aprovada em Ata de Assembléia Geral da Associação Vitória do dia 13/09/2007, quando foi apresentada a eles, por um representante do Governo do Estado, uma proposta de financiamento para piscicultura, fruticultura, contudo, a opção foi pela pecuária, a bovina e caprino/ovino. Aqui se exprime o confronto de interesses entre as proposições governamentais e a visão dos assentados. A justificativa dada pelo Presidente da Associação foi:

(...) a terra aqui é muito fraca para agricultura, com um palmo de profundidade já apresenta o “barro de louiça”, outros locais com cinqüenta centímetros, é um barro que não deixa a água escoar, então as plantas morrem. Essa é a fazenda mais rica de Ocara, tem 400 ha de pasto natural, são quatro açudes, o grande passa cinco anos para secar e os outros mais ou menos dois anos. Aqui é bom pra criação.

Pesquisador da EMBRAPA, com especialização na área de solos, confirma esse tipo de problema, porém ele pode ser solucionado com algum investimento, mas é necessário que se faça uma sondagem para saber da sua extensão. O fato é que nas imediações existem muitos cajueiros e outras fruteiras, mas não é uma condição suficiente para recomendar a implantação de pomar. O que prevaleceu foi o conhecimento que eles têm sobre o manejo com a pecuária de grande e médio porte e, certamente, foi assimilado no sistema latifundiário.

Outro projeto que não apresentou resultados positivos foi o de pimenta. Uma ONG holandesa, Obras Sociais, Fé e Alegria, com sede no Rio de Janeiro, desde 1973, e com uma coordenação em Ocara a partir de 1984, discutiu com os assentados da Aroeira o cultivo orgânico de pimenta, destinado à exportação para Holanda. O projeto, com custo zero para eles, foi implantado em seis estufas (estava previsto para atender vinte famílias, mas só seis aceitaram, alegando falta de tempo, mas na reali-

dade não acreditavam na atividade) com a seguinte avaliação da coordenadora da ONG no Município:

(...) quando nós chegamos lá, nós explicamos o projeto todo pra eles. Então, o projeto, ele iria pagar todas as despesas até a criação da cooperativa, todas as despesas, durante quatro anos. Então nós já estamos com dois anos e meio de projeto. Nós não sabemos se vai continuar, por que ninguém sabe do dia de amanhã né! Então, quando a gente falou que todas as despesas iam ser pagas pelo projeto, eles se interessaram. Mas se tivesse que sair alguma coisa do bolso deles, eles não queriam não. Então eu acho assim, que o problema deles é que eles, se eles tiver que assumir uma responsabilidade, séria, eles correm. Mas se for tudo já mastigadinho pra eles, sem despesa nenhuma pra eles, aí eles querem. Que a gente também, antes de começar o projeto da pimenta, a gente teve a idéia também de colocar um projeto de criação de peixe, por que o açude lá é bem grande né. Aí eles falou “Ó, nós não queremos, por que isso é um trabalho que tem que ter responsabilidade, tem que tratar os peixes na hora certa, tem que cuidar disso, daquilo, nós não queremos peixe não, que dá muito trabalho”.

Na visão de um dos beneficiados, não houve produção porque “o veneno” (inseticida orgânico) aplicado não controlou as pragas.

O secretário de meio ambiente e agricultura de Ocara emitiu a seguinte opinião sobre esse projeto de pimenta:

(...) quer dizer, eles mesmos não acreditam. É como eu te falei, você só pode fazer alguma coisa se você acreditar naquilo que você tá fazendo. Como é que você tá dentro de um projeto que tem recursos à vontade, o cara traz tudo, monta a estufa, traz o recurso, a matéria prima. E o pior não é nem só isso, garante a compra ainda. E o cara diz que não dá certo. Aí fica difícil você querer que, produzir com uma pessoa que não acredita que possa produzir. E nós temos solo, temos clima e tem a água né. Eu acho que poderia ser feito. Acho que falta, vamos dizer assim, falta alguma coisa que não dá pra gente saber bem o quê que é.

A opinião de um produtor é que o projeto:

(...) era para produzir pimenta de primeira qualidade, para enfeitar os pratos dos holandeses, não foi aprovado por eles e hoje está abandonado. Se tivesse sido para fazer polpa tinha sido melhor, não precisava selecionar, um dos escolhidos conseguiu vender pimenta em Ocara e ganhou R\$ 800,00 e hoje ninguém sabe o que fazer com as estufas. (ASSENTADO DO AROEIRA, com mais de 40 anos e beneficiado do projeto, presidente da associação).

Percebe-se clara divergência entre o que pensa a Coordenação do projeto, o secretário e a visão dos produtores que, inclusive, é bem evidente a ironia quando falam sobre o objetivo final do projeto – “enfeitar os pratos dos holandeses” Com efeito, está bem clara a opção pela pecuária, manejada conforme o conhecimento deles, pois é a atividade que os incita a se articularem com o mercado. Como assinala Martins (2000; p.32), a economia mercantil simples, ou economia do excedente, é o modelo econômico que orienta a ação e as demandas dessa população. A pecuária está ligada à tradição deles e por isso percebem nessa atividade determinadas vantagens como a baixa necessidade de força de trabalho, liberando boa parte desta para outras atividades voltadas para o consumo, como é o caso da produção de alimentos e da liquidez da pecuária (boi/caprino/ovino) no mercado. Quer dizer, prevalece o imediatismo, já que a transformação em dinheiro é descomplicada e rápida. Decerto, é ela portadora de outros fatores geradores de contrastes muitas vezes não percebidos por eles.

Na perspectiva da união, o técnico da Secretária Municipal do Meio Ambiente que presta assistência técnica a eles vê na desunião do grupo o principal entrave à implantação de projetos produtivos.

Bom, a visão que eu tenho dos produtores que lá se encontram, é que ainda está faltando lá, um pouco de união entre eles pra definir melhor trabalho de agricultura sustentável dentro daquela

região, pois muitas vezes os interesses pessoais, de um ou de outro, acabam atrapalhando um total. E acabam dificultando, também, o crescimento daquela região.

Referentes à confiança e à solidariedade entre os membros da configuração, pode-se observar que 62,5% confiam na maioria dos que moram na comunidade, enquanto 75% asseveram estarem dispostos a ajudar aqueles que precisam de alguma ajuda. Esse dado revela ser expressivo a solidariedade entre eles.

A respeito das relações estabelecidas nesse projeto, dois entrevistados deram os seguintes depoimentos:

o primeiro - (...) aqui eles são assim, cada um que cuida de si né, das suas coisa, dos seus animais, do seu gado, suas ovelhas, enfim, todo mundo nas suas área de trabalho e todo mundo fica na sua posição né, mas em termo de... um precisar do outro, ou, digamos assim, fazer uma aliança pra ajudar outras pessoas aqui dentro mesmo que tá necessitando, todo mundo chega junto. (ASSENTADO DO AROEIRA, idade mais de 40 anos).

o segundo - (...) bom, eu já tive assim um objetivo que era ter uma casa própria, de ter um carrim né e criar gado, ovelha, isso eu já tô conseguindo, já tem gado, já tem ovelha, já tem casa, só falta agora o carro, né. (ASSENTADO DO AROEIRA com mais de 40 anos, analfabeto).

Os indicadores apontados pelos próprios produtores traduzem o grau de satisfação que predomina no ambiente social, quer pela boa interação entre eles, quer pelos objetivos alcançados.

Com efeito, a essência dessas relações está no fato de que muitas dessas famílias foram levadas para o assentamento por amigos ou parentes, sinalizando nesse gesto de interconhecimento a base para se confiar, se solidarizar e, com isso, ainda que tacitamente, buscar firmação da comunidade. Também são elementos desse fortalecimento comunitário, os objetivos que são comuns: a morada e a terra para criar/plantar. Podemos pensar esses conteúdos, provavelmente constitutivos das relações de confi-

ança e de dependência. Sennett (2007; p. 166) argumenta que “a ligação social nasce, de forma mais elementar, do senso de mútua dependência”. Esta se evidencia na medida em que eles percebem que é o conjunto da comunidade que tem força para efetivar suas demandas por saúde, escola, crédito bancário para custeio e investimentos e estradas.

No geral, o Aroeira tende a reproduzir as atitudes passadas e, dessa forma, uma contradição com o espaço econômico, uma vez que a terra, como meio de produção numa economia capitalista, está voltada para o mercado, implicando relações sociais correspondentes às suas especificidades.

Essa tendência, de certa forma, está expressa nos depoimentos que refletem uma profunda desilusão com o passado:

(...) eu fui um jovem sofredor, eu fui um jovem, minha juventude, foi uma juventude, eu só vivia do trabalho pra casa, né e num tive a portunidade de aprender a lê, eu sou analfabeto, então pro analfabeto mermo só tem um caminho, é o rabo da enxada, o machado, a foice, o picarete, a chibanca, é isso mermo, só tem isso (ASSENTADO DO AROEIRA, mais de 40 anos, analfabeto).

O autorreconhecimento reafirma, provavelmente, o reflexo do estigma que “curto-circuita” a vontade do sujeito de agir e ser reconhecido como agente. Estigma produzido no latifúndio pelo patrão que o fazia pelo poder que detinha, por deter o monopólio da terra, submetendo o camponês à sua dependência, tanto para o direito à posse da terra para, produzir os alimentos de que necessita como pela necessidade de morada. Certamente, não aprendem (criticamente) os condicionamentos a que estão sujeitos, suas ações encontram-se submissas à realidade objetiva em que estão inscritos. E, dessa forma, a incongruência com o campo, como dito acima, concorre para acentuar suas condições existenciais.

Por sua vez, o assentamento São José II destaca-se pelo conjunto de atividades desenvolvidas como fonte de renda e que implica estar inserido numa rede de relações com instituições “externas”. O que

chama atenção nesse projeto é a existência de um grupo de cinco pessoas, com idade variando entre 25 e 40 anos, que passaram por experiências plurais, tendo, os demais, não partilhado dessa prática. Estes participaram das lutas do MST em outras ocupações, da CPT, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e de associações:

(...) eu fui convidado pelo movimento sem-terra pra fazer parte da organização e aí eu passei cerca de dois anos e meio no movimento sem-terra na Frente de Marçó, ajudando, fazendo justamente aquilo que fizeram comigo, ajudando pessoas a buscar uma terra, a buscar uma organização e, depois disso eu vim pro meu assentamento e procuro ajudar da melhor maneira possível. Eu recebi uma formação (treinamento), de associativismo, de cooperativismo, de ajuda, de valores, de todos os melhores valores que a gente possa ter, que possa ajudar a sua comunidade. Aí eu tenho ajudado aqui o Che Guevara, assim, da melhor maneira possível. (ASSENTADO DO SÃO JOSÉ II, faixa etária entre 25 e 40 anos participou de outras ocupações como membro do MST).

O grupo teve cursos de preparação para o trabalho coletivo e de formação integrada de produção, realizados pelo MST, participou da mobilização de camponeses, das discussões de ocupação e desapropriação de terras e ainda contou com apoio direto desse movimento na conquista da terra. Também tiveram cursos nas áreas de negócios, cooperativismo e agropecuária. A impressão que retivemos das observações de campo e da leitura das entrevistas e dos questionários é que essas pessoas têm um grau de influência predominante sobre os demais camponeses.

Ficou evidenciado que esses camponeses, ao vivenciarem essa experiência, tornaram-se portadores de uma visão crítica, de esquemas de ação incorporados num processo de participação de disputas políticas e com isso, romperam com sua socialização passada, ou, por outra, faz uma triagem daquilo que lhe pode ser útil, como disse o assentado: “eu sei que hoje agricultor é mais que arrastar cobra

pro’s pés”. Esse próprio assentado, filho de meeira, teve sua socialização doméstica fundada no respeito, “aprendi a trabalhar na agricultura com minha mãe que trabalhava de meia”.

Pensar a agricultura em outra perspectiva, reconhecendo que foi vivendo outras experiências, relações sociais, que elaborou outro saber, como falou o assentado, é atributo que sinaliza uma ruptura com o passado, ao mesmo tempo em que afirma a identidade de agricultor. Conforme a fala de um assentado do São José II sobre sua opção pela agricultura:

(...) é, na verdade, assim, eu não escolhi a agricultura, eu já nasci dentro da agricultura. E aí eu tinha uma visão totalmente errada de agricultura, devido, assim, ter muita discriminação, que agricultor não vai pra frente, que agricultor puxa cobra pro’s pés, que agricultor não consegue as coisas, então aquilo ali muitas vezes me desmotivava, mas quando eu comecei a trabalhar numa maneira mais coletiva de ver a opinião de outras pessoas, de começar a entender que agricultura não era aquele bicho papão, então foi aí que comecei a mudar meu ponto de vista, e hoje eu hoje tô aqui como agricultor por opção. Hoje se você me der outra, assim, se você me pedir pra ser, pra ter outras é, atividade, eu com certeza não vou aceitar, por que eu sei que hoje agricultor é mais que arrastar cobra pro’s pés. Eu sei que agricultor é trabalhar a terra da maneira correta, eu sei que hoje agricultor é você se organizar pra trabalhar um grupo que produza bem, que produza com qualidade e com qualidade e com quantidade. (GERENTE DA MINIFÁBRICA, faixa etária entre 25 e 40 anos).

Sobre o que significa arrastar cobra pro’s pés diz o mesmo assentado:

(...) ah, isso é uma expressão assim, comum né, principalmente as pessoas que moram ou que pretendem é, sair pra uma outra atividade. Mas eu acho que não, acho que pra muita gente ou pra maioria, principalmente o Nordeste, é um meio de vida. Por que puxar cobra pro’s pés é trabalhar de enxada. Então acho que assim, por... é uma expressão campesina, acho que até errada, por que

tanta gente sobrevive, dessa, dessa função de agricultura e as pessoas ainda usam esse termo. (ASSENTADO DO SÃO JOSÉ II, gerente da minifábrica faixa etária entre 25 e 40 anos).

Afirmar a opção pela agricultura por haver nascido dentro dela como se ela fosse parte dele é seguramente a identificação com seu estatuto de camponês e assim ter assimilado seus princípios, a reflexão explicitada sobre seus esquemas de percepção e rompimento com uma determinada forma de agir, sem, todavia, negar suas origens. Certamente, tal transformação ocorre na medida em que o indivíduo participa de experiências que até então, para ele, eram desconhecidas, ou seja, que tenha vivido uma trajetória heterogênea.

Certamente, trabalhar a agricultura para produzir com qualidade e em quantidade não traduz uma visão campesina. Chayanov (1981, p.138) chama atenção para o resultado do trabalho camponês, uma vez que:

(...) a quantidade do produto do trabalho é determinada principalmente pelo tamanho e a composição da família trabalhadora, o número de seus membros capazes de trabalhar, e, além disso, pela produtividade da unidade de trabalho e (...) pelo grau de esforço do trabalho, o grau de auto-exploração através do qual os membros trabalhadores realizam certa quantidade de unidades de trabalho durante o ano.

Afastar-se desse princípio é o que está claro na fala do assentado acima. Implica ter interiorizado outros conhecimentos que agora as circunstâncias possibilitam que sejam exteriorizados na construção desta nova configuração, assentamento São José II. É estar propenso a jogar o jogo do campo, sinal de que outras disposições foram assimiladas.

Uma assentada, a respeito do seu aprendizado e da vontade de mudanças, nos disse:

(...) não, é assim, quando a gente toma uma decisão na assembléia é por que a gente sabe, quando a gente vai discutir né, coisa de agricultura, cada

um que tá ali discutindo, a ansiedade é de mudar de vida, mudar de vida não é deixar de ser agricultor não, é ser um agricultor numa vida digna. Então isso eu aprendi muito além das experiências, desde eu criança que trabalho na agricultura, eu aprendi também muito isso nas reuniões sempre. Às vezes eu fazia parte do conselho gestor que é uma coisa mais ou menos assim que tá aquele pessoal todinho da Embrapa, do SEBRAE, Bando do Brasil, do INCRA, tá todo aquele povo, tá todo mundo junto né. Então ali a gente aprende tanta coisa assim, pra, na hora numa decisão, a gente ter muito mais sabedoria pra responder e pra tomar as decisões. (ASSENTADA DO SÃO JOSÉ II, mais de 40 anos, alfabetizada, coordenadora da fábrica de cajuína).

Reconhecer-se como agricultor, porém, numa situação de cidadã exprime a idéia de negação dos constrangimentos anteriores e constituição de disposições que confirmam, nas palavras dela, uma “vida digna”. É um desejo de ser reconhecida que, possivelmente, constitui o princípio estimulante das estruturas estruturantes em busca do reconhecimento. Também nos ajuda a compreender o papel que o grupo, com essa identidade plural, desempenha no assentamento São José II, pelas palavras de um deles, quando conversamos sobre a existência de percepções diferenciadas:

(...) na verdade nós trabalhamos com humildade. A nossa compreensão é que as pessoas de menor conhecimento são importante por que elas as vezes questionam, nos faz pensar, ajudam nas decisões. As pessoas muitas vezes não têm um conhecimento teórico, um conhecimento político, mas por eles acreditarem no conhecimento desse grupo, que não é um, dois, são várias pessoas aqui dentro, então, esse outro grupo nos ajuda nas discussões, nas decisões, então eles têm confiança e nós procuramos dar o melhor de nós pra deixar um patamar igual, não, muitas vezes de conhecimento, por que isso é muito individual de cada um, algumas pessoas buscam, outras não, mas, assim, de homogeneizar pra nós vivermos iguais, que o nosso conhecimento, que venha só nos ajudar e não atrapalhar pessoas ou atrapalhar a mim

mesmo, como organização. É tanto que esse grupo dentro, hoje, do assentamento, ele não tem nenhuma separação. É um grupo que conhece, que busca, que luta, mas que tá, quando chega dentro do assentamento, todo mundo é igual, não tem desigualdade nenhuma. (ASSENTADO DO SÃO JOSÉ II, idade 25 a 40 anos, ex-presidente da associação Che Guevara).

Ao falar de existência de outro grupo dentro do assentamento, quer nos revelar o sentimento preservado por aqueles que não caminharam por trajetórias distintas, não experimentaram momentos de negociação, de decisão, ou seja, de aprendizagem, ao discutirem os próprios interesses, mas que nem por isso são colocados fora do processo, dos “contratos” de compromissos.

É importante registrar o fato de que a confiança de que estamos falando, como dispositivo conector da comunidade com sistemas e/ou “estranhos”, não tem o mesmo sentido da confiança estabelecida entre os membros que compõem a comunidade. A primeira é engendrada por um fluxo de informações estabelecido, que pode ser mediante redes, entre elementos de configurações distintas, em resumo. Para o nosso caso, confiar no conhecimento do técnico e/ou nas inovações tecnológicas. Essa articulação é exercida pelo grupo de identidade plural, por perceber que os avanços sociais, econômicos e políticos, hoje, estão em função de se buscar parcerias, como fala uma assentada,

precisamos de acompanhamento técnico para melhorar a produção, de mais crédito, dependemos de outros avanços para aumentar a produção (assentada do São José II, idade 25 a 40 anos, professora e ex-presidente da associação Che Guevara).

Essa posição não quer significar que qualquer parceria seja necessariamente aceita. Disse um produtor do mesmo projeto:

(...) muitas vezes nós já tivemos discussões aqui com diversas entidades, por quê as coisas vêm de maneira desordenada, quando chega aqui dentro, é preciso muitas vezes a gente modificar algumas coisas, então, assim, se esses poderes tivessem uma

melhor visão das comunidades, conhecesse mais as comunidades, com certeza que a gente, nós teríamos assim, um desenvolvimento bem melhor do quê o que nós temos hoje. (ASSENTADO DO SÃO JOSÉ II, idade 25 a 40 anos, gerente da minifábrica de castanha)

Essa reflexão expressa, consciente ou inconscientemente, outra preocupação, que é com aqueles de menor grau de instrução, conforme fala já citada. Sabe-se que a introdução de inovações também precisa ser negociada internamente com esse grupo. Como na comunidade todos se conhecem, cada um sabe quem é o outro e há um sentimento de pertença:

(...) aqui tudo é igual, um não tem mais do que o outro não, aqui ninguém vê arenga de mulher, aqui ninguém vê arenga de homem, não Sr., são todos, graças a Deus, na santa paz. Quando a gente passa quinze dias, eu moro aqui, quando eu passo quinze dias sem vê os dacadá, quando a gente vê, vixe Maria, já é uma alegria, parece que faz uma ano que gente num se via. (ASSENTADA DO SÃO JOSÉ II, acima de 40 anos, coordenadora da fábrica de cajuína).

Com efeito, o interconhecimento e o pertencer à mesma comunidade são elementos que influenciam na construção de uma relação de confiança.

Em resposta à pergunta em relação à confiabilidade, as pesquisas apontam que se pode confiar na maioria das pessoas do assentamento, 71,43% confiam e 28,57% concordam em parte, o que mostra existir entre seus membros uma relação de confiança relevante. Esta também é ratificada pela resposta à indagação da existência de indivíduos da comunidade que querem tirar alguma vantagem de seus companheiros, 61,29% discordam totalmente. Referente à solidariedade entre eles, 85,71% se manifestaram dispostos a ajudar a quem precisasse de ajuda. Uma explicação para essas significativas interações é dada pela representante do MST, ao afirmar que o São José II é basicamente constituído por duas famílias. A outra é oferecida por Barreira

& Alencar quando afirma que

“o processo de luta, à proporção que é mais duradouro, envolve mais embates políticos, reforça os laços de solidariedade e de associativismo que desembocam nos trabalhos coletivos de exploração da terra”. (BARREIRA; ALENCAR, 2007, p. 138)

Vale lembrar que a ocupação do São José II foi a segunda experiência vivida por eles.

O importante é perceber que a relação de confiança entre eles é inerente à comunidade, melhor dizendo, é construída tendo por substratos princípios comuns nas relações diretas do mundo local, sendo, portanto, de natureza diferente daquela vinculada aos fluxos, sublinhados há pouco. O fato é que os dois grupos do São José II, aquele mais ligado ao passado e o de trajetória mais extensa, mesmo com visões diferentes, firmam alianças, o que só é possível justamente pela confiança existente entre eles e, assim, ela opera como a chave que abre as negociações com os agentes externos.

Nesse sentido, o grupo negociou com a Fundação Banco do Brasil a implantação da mini-fábrica de castanha de caju, proposta que foi discutida em assembléia do dia 27 de outubro de 2004.

A mini-fábrica começou a funcionar em 14 de março de 2007, com capacidade de beneficiar 210 toneladas de castanha-de-caju por ano. Em 2008, foram entregues 50 toneladas de amêndoas à cooperativa Central³. Com o funcionamento dessa, 19 mulheres, esposas dos assentados, têm emprego permanente como descascadoras de castanha. Segundo declaração delas, é “uma renda que ninguém tinha, hoje não precisamos trabalhar no roçado pra ter esse ganho e também é nossa independência, não precisamos mais pedir dinheiro ao marido”. Sem dúvida, trata-se de uma transformação na vida cotidiana dessas pessoas, sendo ainda cedo para avaliar as conseqüências em longo prazo. Existem, ainda, as fábricas de cajuína e de ração animal, esta

aproveitando o resíduo do pedúnculo utilizado na produção da cajuína. Em negociação com a Fundação Banco do Brasil, a Associação conseguiu 10 computadores e instalaram no Distrito de Serragem (a 5 km do assentamento) constituindo um centro de capacitação em informática e prestador de serviços - Estação Digital. Assinaram um convênio de prestação de serviços com a Prefeitura de Ocara para capacitação de jovens da comunidade, sendo que, para os filhos dos assentados, os cursos são gratuitos. Para acesso à internet é cobrada uma taxa de manutenção, de forma que tanto os moradores da localidade, como os filhos dos assentados, podem ter acesso ao mundo globalizado. Outras atividades são desenvolvidas no projeto como a apicultura, com 140 caixas em produção de mel comercializado através da cooperativa dos Produtores de Mel de Ocara em Fortaleza, gado bovino misto (produção de leite e carne), criação de ovinos e caprinos.

2. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pensamos que o processo de socialização, ou seja, as disposições incorporadas no passado atuam possivelmente nas orientações dos indivíduos de forma significativa, como no caso do Aroeira. No geral, esses assentados se mostram desconfiantes na elevação de suas rendas com as alternativas produtivas. Concretamente, predomina nesse projeto o perfil caracterizado por um saber assimilado no passado, mas sustentado nas relações de confiança e solidariedade estabelecidas como lógica ou como auto-proteção às influências do sistema capitalista. Por outro lado, não podemos afirmar ser uma ação previamente definida, conduzida de forma consciente, para alcançar o fim que se quer. É, antes, produto de sua trajetória histórica, como disse Pierre Bourdieu, de sua consciência temporal. Com efeito, a identidade do camponês, constituída segundo as relações

3. Cooperativa Agroindustrial do Caju LTDA (COPACAJU) que coordena e articula as atividades das cooperativas a ela vinculada. Hoje, no Ceará, são 10 as cooperativas vinculadas à Central, sendo 5 de assentamentos e outras 5 de comunidades.

de dominação do latifúndio, apresenta-se como passiva, obediente e de “capacidade singular”, porém, perceptiva e avaliativa. No geral, pode-se argumentar em favor da existência de disposições, ajustadas às posições sociais estruturalmente ocupadas.

Noutra perspectiva, a experiência em ambientes heterogêneos favorece uma subjetividade mais dinâmica, mesmo àqueles formados em condições de divisão simples do trabalho. Nestes, provavelmente, quando confrontados com universos onde a circulação da informação flui de forma a alcançar diversos estratos sociais, são incorporadas outras experiências, como é o caso do assentamento São José II, em que o grupo articulador, em sua trajetória diversificada, assimilou a negociação como uma disposição geradora de parcerias, inscrição em redes sociais, isto é, como esquema de apreciação e percepção das práticas e das possibilidades disponíveis. A ruptura com o passado é dada pela oportunidade que o indivíduo tem de ser influenciado pela pluralidade de ambientes concretos.

3. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARREIRA, C. ; ALENCAR, F. A. G. de. Assentamentos rurais: o sonho da terra conquistada. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará. Revista de Ciências Sociais, nº 1, v. 38, 2007. p 128 – 142.

BOURDIEU, P. O desencanto do mundo: estruturas econômicas e estruturas temporais. São Paulo: Perspectiva, 1979.

_____, P. Esboço de uma teoria da prática. IN: ORTIZ, R. (org.). A sociologia de Pierre Bourdieu. São Paulo: Olho d'Água, 2003.

_____. Meditações pascalianas. Rio de Janeiro: Bertrand, 2001.

CHAYANOV, A. V. Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas. In: GRAZIANO DA SILVA, J.; VERENA, S. (orgs). A questão agrária.

São Paulo: Brasiliense, 1981. p. 133 – 163.

COPASAT. Plano de desenvolvimento sustentável do projeto de assentamento Aroeira. Fortaleza, 2001.

FORMAN, S. Camponeses: sua participação no Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

MARTINS, J. de Souza. Reforma agrária: o impossível diálogo. São Paulo: Edusp, 2000.

SENNETT, R. A corrosão do caráter: conseqüências pessoais do trabalho no novo capitalismo. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2007.